



**A GUERRA E
AS GUERRAS
COLONIAIS
NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

**JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA
JULIÃO SOARES SOUSA
SÉRGIO NETO
COORD.**

INTRODUÇÃO

O despontar do século xx não começou da forma mais pacífica na Europa, apesar dos esforços que alguns dos países da comunidade internacional haviam feito para que, segundo Aniceto Afonso, a «paz armada» não descambasse num conflito receado, mas ao mesmo tempo ansiado¹. O temor não afugentava os céticos, nem os cobardes, quanto mais os grandes sempre iludidos em teias de mesquinhas rivalidades. O imperialismo britânico coabitava com o militarismo alemão e o revanchismo francês, desanuviando a política negocial o grau de tensão que se apoderara entretanto das principais potências do «velho» continente.

A gestão destes interesses localizados numa pequena parte da Humanidade não impediu que um *fait-divers* sangrento em Sarajevo lançasse o rastro incendiário numa atribulada sequência de incidentes que culminaria na primeira guerra à escala planetária. Segundo Rui Cardoso, a ironia para que tal acontecesse resultaria dos «mecanismos de dissuasão postos em prática pelas grandes potências para evitar a guerra, que acabaram por ser, eles próprios, a peça-chave de uma engrenagem que arrastou o mundo para uma guerra que ninguém queria»². Não era agora apenas a extensão territorial que

¹ AFONSO, Aniceto – «O Quadro Europeu Antes da Guerra». In *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres. 1914 | 1918*. Matosinhos: QuidNovi, 2006, p. 9-10.

² CARDOSO, Rui – «A Guerra dos Mundos». *Courrier International*. Paris: Courrier International SA. N.º 223, set. de 2014, p. 3.

constituía o perigo deste confronto, mas a duração temporal do mesmo. O que era para durar apenas umas semanas, prolongou-se por meses e anos.

Na sequência do final desse conflito desapareceriam três impérios, o austro-húngaro, o otomano e o prussiano. A criação de novos países foi feita com a redefinição de limites movediços, naquilo que Tim Butcher apelidava de «fronteiras de areia»³. E se em 1918 o Armistício foi assinado, esse facto não era mais do que uma trégua que duraria duas décadas, período no qual emergiria uma onda de nacionalismos e os contendores recarregariam as «baterias» para em 1939 recomencarem um novo conflito que só terminaria a 2 de setembro de 1945⁴. Assim, a guerra que começara na Polónia e acabaria com a rendição do Japão deixara de ser apenas preocupação da diplomacia europeia, para se tornar um problema com repercussões planetárias.

Com todas as suas complexidades, desafios e tragédias, coube também ao século xx ditar as regras da consolidação das independências no continente africano, algumas décadas de ocupação após os ditames aprovados pela Conferência de Berlim de 1884-1885. Na verdade, a colonização e o colonialismo, conceitos paralelos e, para alguns, indistinguíveis, marcaram a Época Moderna e os tempos contemporâneos, tendo talvez a guerra – a par da escravatura até ao terceiro quartel de Oitocentos –, constituído um dos seus processos mais significativos. Tanto assim que o século xx se iniciou com «campanhas coloniais» de ocupação do *binterland* (Alves Roçadas em Angola, em 1905-1907), combates entre colonizadores (Segunda Guerra dos Bóeres, em 1898–1902), o genocídio dos Hereros, em 1904-1907, e a Primeira Guerra Mundial, em 1914-1918, combinando todos estes cenários.

³ BUTCHER, Tim cit. por Guillermo Altares – «O conflito que nunca acabou». *Ibidem*, p. 9.

⁴ *Idem* – *Ibidem*, p. 90.

De resto, o centenário deste embate bélico, que tem vindo a ser assinalado em muitas manifestações nos últimos anos, não esqueceu o palco de combates africanos, procurando dar voz àqueles que raramente tiveram possibilidade de a fazer escutar. Ainda neste âmbito, e sem perder de vista as desencantadas reflexões de António de Cértima (1894-1983) acerca da (pouca) visibilidade do conflito em África, dir-se-ia que alguns estudos (mais ou menos) recentes, como os de Marco Fortunato Arrifes e de Manuel Carvalho, têm buscado ilustrar esse aspeto menos visível da contenda de 1914-1918.

Com o emergir do pós-guerra no final da primeira metade do século xx, a ordem internacional torna-se mais justa com a fase da descolonização em que se passa da dependência colonial para uma situação de independência e de eliminação de barreiras entre continentes. Os confrontos bélicos desagregariam a política de dominação, de conquista e de exploração das metrópoles, sobretudo europeias. Surgiria com a carta da Organização das Nações Unidas um conjunto de países que embora politicamente livres, continuaram a sobreviver a antigas dinâmicas ocidentais que plastificaram uma África negra com limites pouco coincidentes com as etnias locais tradicionais, mas sim com os interesses e as rivalidades imperiais, agora só formalmente desfeitas pelos armistícios e os novos tratados do direito internacional público.

Nos despojos destas comunidades imaginadas de longe, sob o periscópio do eurocentrismo, ficaram as particularidades identitárias que muitos autores atribuem apenas ao tribalismo autóctone, mas que a obra *Colonisation: droit d'inventaire* imputa especialmente à estratégia divisionista do colonialismo⁵. Esta perspetiva sendo reducionista e unilateral apenas analisa a sociedade pós-colonial com a formatação dos agentes colonizadores, não atribuindo protagonismo

⁵ LIAUZU, Claude – «Des Sociétés Postcoloniales». In LIAUZU, Claude (Dir.) – *Colonisation: droit d'inventaire*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 295-314.

às rivalidades tribais anteriores ao domínio europeu, nomeadamente a cumplicidade dos negreiros locais, com os estrangeiros que vieram depois. Logo, a elaboração dessa identidade de matriz ancestral não pode ser vista como uma entidade fechada que não está aberta a recomposições e a mestiçagens permanentes, mas que funciona como uma «política de raças» de uma considerada ascendência «pura».

Este tipo de dogmatismo quanto à considerada pureza da «raça» conduziu ao holocausto judeu, e a de outras minorias, por parte do sistema de repressão nazi banalizando, como afirmava Hannah Arendt, o mal por todas as latitudes e continentes.

Mas as sociedades pós-coloniais de África não enfermam só dos seus problemas de identidade e de recomposição étnica. Há outras dificuldades neste antigo continente, onde novos países artificialmente construídos enfrentam outros obstáculos tão ou mais pertinentes que o primeiro que afluíramos. Deste modo, os ex-colonizados na edificação de Estados-Nação ou dizendo melhor, de países com muitas nações, caminham defrontando questões variadas como a cultural, demográfica, económica e política.

O pressuposto do grau de desenvolvimento tecnológico, da menos-valia das matérias-primas agrícolas e de uma mão de obra treinada conduzem os Estados independentes africanos para uma proto-industrialização quase inexistente na maior parte da sua geografia económica, que os tornou e tornará quase sempre dependentes dos centros industriais do Ocidente e, agora, também, dos países emergentes do Oriente como a China, Coreia e Índia. A demografia será sempre pertinente para a implementação de uma economia competitiva e concorrencial, pelo que as guerras internas, a insalubridade e as epidemias endémicas concorrerão para um refluxo da natalidade e para as migrações intercontinentais.

Ainda, os pressupostos políticos e culturais, que são fundamentais para a afirmação dos Estados africanos independentes, pois condicionam toda a formatação da polis negra e da intervenção cívica das

suas elites dirigentes e da restante massa populacional. A pobreza e a ignorância continuam hoje a sustentar os maus exemplos de governação, especialmente sobre a gestão adequada do bem público, da maior parte destes países. A promiscuidade entre o interesse de todos e os interesses privados e pessoais dos políticos e das elites governantes tem levado a uma delapidação das riquezas desses territórios, tornando-os nalguns casos ainda mais pobres do que no tempo da dominação colonial. Daí que continue a ser muito importante a educação e a alfabetização das sociedades tradicionais, mas também das elites dirigentes locais sem a perda do elã tribal e étnico, que reforça a pluralidade e a riqueza pós-colonial. A dificuldade de conciliar essa cultura tradicional de um sítio, com o da cultura global de todos os outros lugares, é a questão que se continua a pôr a estas sociedades, que foram fracionadas, divididas e vilipendiadas pela dominação estrangeira.

Mas esta *doxa* tem e deve ser relativizada, porque apesar de a colonização ter sido feita pelos colonizadores que aceitaram sempre a predominância dos interesses metropolitanos, aqueles que Albert Memmi considerava os verdadeiros colonialistas, muitos outros não perfilhavam desta idiossincrasia de dominação e exploração social⁶. Apelavam sim à união e à reconversão de sociedades dinâmicas onde a miscigenação e a diversidade étnica poderiam ser uma mais-valia de modernidade e integração destes Estados africanos pós-coloniais, no conjunto da nova ordem internacional emergida com as guerras fratricidas entre impérios europeus e asiáticos durante toda a primeira metade do século passado, sedentos de manterem *ad eternum* o estatuto de arbitrariedade e de poder ilimitado sobre territórios e populações nos antípodas geográficos da sua matriz inicial de mando.

⁶ MEMMI, Albert – *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 190 p.

Logo os textos desta obra, versando a «Guerra e as Guerras Coloniais Subsaarianas no século xx», procurarão situar os conflitos mundiais, especialmente o da Primeira Guerra Mundial no cenário mais vasto da África colonizada, não se furtando a captar experiências mais particulares, centradas em torno do conflito luso-germânico, na emigração, na condição feminina e na atuação do metropolitano Regimento de Infantaria 14, de Viseu, em Angola. Por seu lado, um outro contributo pretenderá estabelecer pontes entre os tratados de paz de 1919 e o «reavivar das pretensões territoriais sobre a África Austral portuguesa». Sobre os ócios desses tempos, de realçar os escritos sobre o futebol e a utilização do automóvel nos itinerários exóticos de um tão vasto e diversificado Império.

José Luís Lima Garcia

0000-0002-1905-4776

Julião Soares Sousa

0000-0002-8122-9741

Sérgio Neto

0000-0002-9737-0029

Referências Bibliográficas

- AFONSO, Aniceto – «O Quadro Europeu Antes da Guerra». In *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres. 1914 | 1918*. Matosinhos: QuidNovi, 2006, 128 p. ISBN 978-972-8998-99-8.
- BUTCHER, Tim cit. por Guillermo Altares – «O conflito que nunca acabou». *Courrier International*. Paris: Courrier International SA. ISSN 1154-516X. N.º 223, set. de 2014, 31 p.
- CARDOSO, Rui – «A Guerra dos Mundos». *Courrier Internacional*. Paris: Courrier International SA. ISSN 1154-516X. N.º 223, set. de 2014, 31 p.
- LIAUZU, Claude – «Des Sociétés Postcoloniales». In LIAUZU, Claude (Dir.) – *Colonisation: droit d'inventaire*. Paris: Armand Colin, 2004, 352 p. ISBN 2-200-26434-8.
- MEMMI, Albert – *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 190 p. ISBN 84-8487-336-5.